

Sarney tem medo dos gastos da União com a nova Constituição

João Alexandre Lombardo

Arquivo 09/05/88

O presidente José Sarney quer saber qual será o impacto real que a nova Constituição provocará sobre o orçamento da União. Convencido de que vários dispositivos aprovados pela Assembléia Nacional Constituinte poderão inviabilizar a administração federal, Sarney determinou a todos os ministérios que realizem estudos detalhados sobre o aumento de suas despesas e redução de receitas, caso aqueles dispositivos sejam mantidos na votação em segundo turno.



Este levantamento deverá ser concluído até o final da próxima semana, quando será encaminhado ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e servirá como documento básico na estratégia do governo de tentar alterar alguns pontos do projeto de Constituição, nas votações de segundo turno.

O Executivo deseja compatibilizar as novas despesas com sua receita, informou o deputado Carlos Sant'Anna. Ele observou que todo o benefício tem um custo, e frisou: "O Brasil não fabrica dinheiro". Segundo o líder do Governo, a conta dos novos benefícios acabará sendo paga pelo próprio povo, através do aumento dos impostos, ou de cortes em outros setores.

Ex-ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna tomou como exemplo o capítulo da Seguridade para explicar a preocupação do Governo. Entre os benefícios introduzidos no capítulo pelos constituintes, ele citou o inciso quinto do artigo 237, que garante um salário mínimo mensal a toda pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios para se manter. "Isoladamente é um benefício justo e importante", observou o parlamentar. Baseado na estimativa de que há hoje no Brasil 10 milhões de deficientes e de que o salário mínimo vale cerca de 40 dólares, o líder do governo calculou o custo do benefício, no período de um ano. O resultado foi 4 bilhões e 800 milhões de dólares de despesa adicional, sem incluir os idosos.

Seguridade

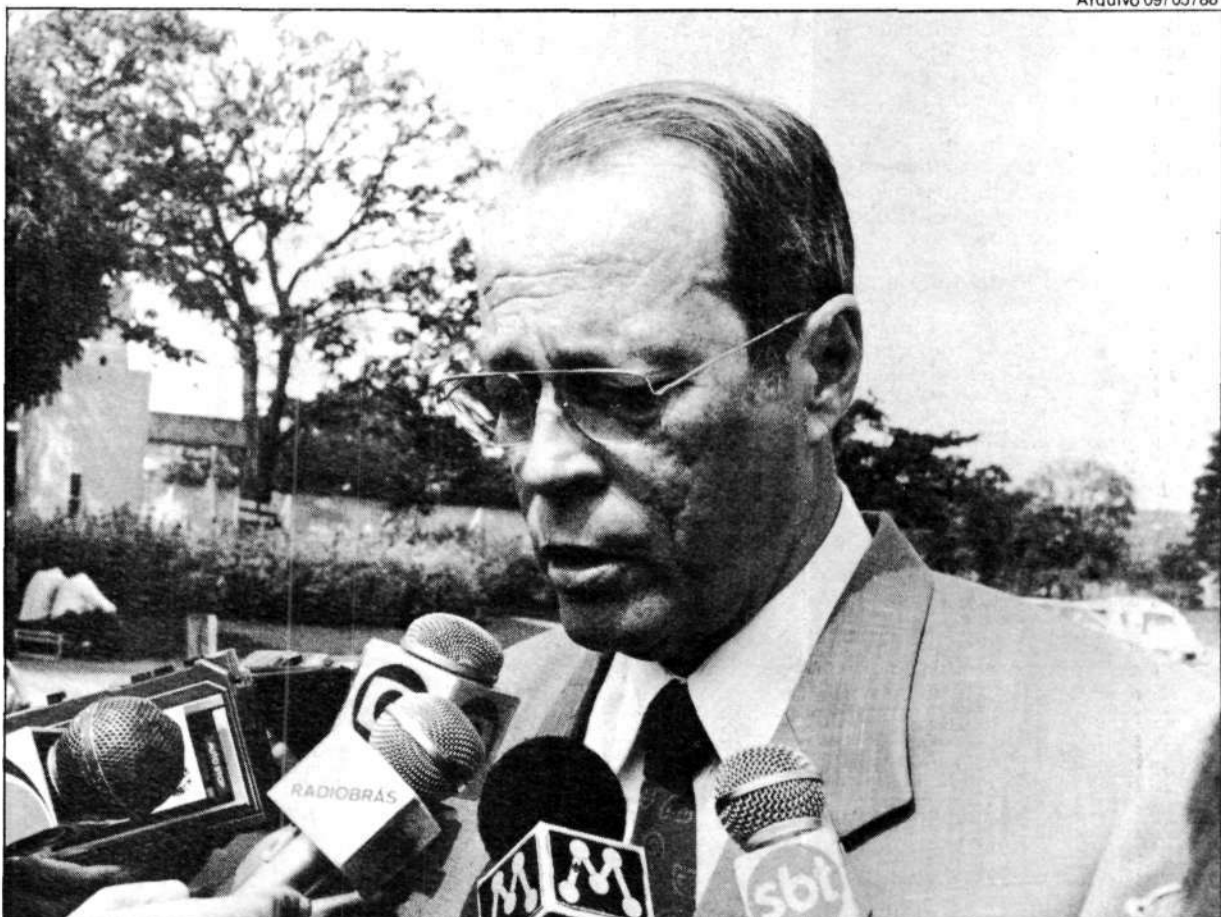
"Tirar isso da Carta é difícil, mas de onde tirar dinheiro?", perguntou o líder. Ele observou que, inicialmente, o projeto de Constituição previa que toda a contribuição social recolhida sobre a folha de salários seria destinada exclusivamente para a Seguridade. Se isso prevalecesse, haveria um balanceamento entre a despesa e a receita. A Constituinte manteve, no entanto, as contribuições para o salário educação, sobre a folha, assim como os recursos para a manutenção do Sesc, Sesi, Senai e Senac, lembrou o líder. "Então há indícios de que as despesas que advirão com alguns benefícios aprovados na Carta ficarão sem receita", declarou Carlos Sant'Anna.

Caiado insiste no perdão das dívidas

Belo Horizonte — O presidente da UDR nacional, Ronaldo Caiado, disse ontem nesta capital que não admite nenhum acordo sobre as emendas constitucionais que retiram a correção monetária de dívidas de produtores rurais e micro e pequenas empresas, alegando que o setor produtivo primário já foi lesado em mais de US\$ 25 bilhões, desde 1981, desviados para o setor financeiro sob a forma de correção monetária.

"Não queremos anistia, nem perdão. A lei 4829, de 1965, impede cobrança de correção monetária nestes créditos. Mas, desde 1981, o Conselho Monetário Nacional embutiu a correção nos créditos agrícolas", afirmou Caiado, que fez palestra sobre o tema para uma platéia de apenas 75 pessoas na Associação Comercial de Minas.

Ele revelou que está fazendo uma peregrinação pelo País, discutindo o assunto. "Até segunda-feira, terei visitado 10 estados e tenho observado que as bases se levantaram. E hora de privilegiar quem trabalhou e não a agiotagem e a especulação", sentenciou. Ele discordeou da argumentação que a sociedade brasileira seria penalizada com a retirada da correção monetária.



Sant'Anna prevê falta de recursos do Governo para atender pontos aprovados na nova Carta

Anistia à micro preocupa

Apesar das várias emendas que atendem a interesses específicos de diversas categorias, nas Disposições Transitórias, a principal preocupação do Governo, a nível econômico, está voltada para as emendas dos constituintes Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Humberto Souto (PFL-MG). As emendas anistiam dívidas de pequenos e médios empresários e produtores rurais. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, custarão 10 bilhões de dólares ao setor público caso sejam aprovadas.

"Isso poderá ser um verdadeiro exocet na política econômica brasileira", afirmou o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna. Ele comparou o valor ao saldo comercial brasileiro de todo um ano. O parlamentar acha difícil a rejeição das propostas. "Há uma aparente evidência política de que essas emendas passam facilmente", declarou Sant'Anna. A única saída para o Executivo, acrescentou, é tentar uma negociação.

O senador Mansueto de Lavor apresenta números

Arquivo 24/04/87



Senador Humberto Souto (MG)

diferentes. Segundo ele, os valores anunciados pela fazenda são "absurdos". O parlamentar afirma que um levantamento feito junto ao Banco Central fixa o valor dos custos em 183 bilhões de cruzados, ou 1 bilhão de dólares. O governo, na sua opinião, está preocupado apenas com os custos, mas não com os benefícios: as empresas, de acordo com ele, geram 17 milhões de empregos.

Mas o líder Carlos Sant'Anna acredita que, além desta, será difícil a aprovação de qualquer outra emenda ao texto do Centrão nas Disposições Transitórias. Mesmo assim, a bancada governista vai estar mobilizada, esta semana, para assegurar a manutenção da anistia tal como está no texto já aprovado. Para Carlos Sant'Anna, é pequena a probabilidade de se aprovar qualquer emenda ao projeto. Mesmo assim, os parlamentares ligados ao Governo estarão atentos.

O líder do Governo não sabe precisar quanto custaria a anistia para os cofres públicos. O Ministério da Marinha informa que, apenas naquela Arma, os custos referentes às indenizações, tal como querem as associações de militares cassados, chegariam a 140 bilhões de cruzados. A Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada), através do capitão de Fragata Paulo Henrique Ferro Costa, diz, por sua vez, que o valor das indenizações, dentro das Forças Armadas, não ultrapassaria 17 bilhões e 400 milhões de cruzados.

Vários grupos chegarão a Brasília, esta semana, para tentar incluir nas Disposições Transitórias, dispositivos de interesse de suas categorias. Isso, porém, não preocupa o Governo. "O que nos preocupa são as emendas que tenham potencialidade de aprovação", esclarece o deputado Carlos Sant'Anna. (J.A.L.)

Votação das Disposições não tem prazo

A votação das Disposições Gerais e Transitórias — última parte do projeto de Constituição — que o relator Bernardo Cabral acreditava pudesse estar encerrada no último do artigo 4 — onde se fixou em cinco anos o mandato do presidente Sarney — e existem mais 68, tratando de assunto os mais diversos, boa parte deles concedendo benefícios ou privilégios setoriais, regionais ou para categorias funcionais.

Com a interrupção das deliberações durante toda a semana passada, quando os constituintes não deram número, sob pretexto de que Ulysses Guimarães, substituindo Sarney na Presidência da República (até quarta-feira passada), não estaria presente para conduzir as votações, estas poderão, agora, tomar todo o restante do mês e entrar até no mês de julho. A seguir se abrirá prazo de 17 dias para o relator preparar a redação da matéria aprovada em primeiro turno (7 dias), para a apresentação de emendas (5 dias), que só poderão ser supressivas ou para correção do texto, e para o relator apresentar parecer sobre elas (5 dias).

Eliminar

A votação em segundo turno ficaria, portanto, para agosto. As previsões são de que será rápida. Seja porque não mais haverá emendas modificativas nem aditivas, seja porque grande parte do que foi aprovado, inclusive alguns dos pontos mais polêmicos, resultou de exaustivas negociações e de acordos entre as lideranças partidárias com a participação dos setores interessados. Vai-se tentar eliminar alguma coisa, como o limite de seis horas para quem trabalha em turnos de revezamento. Mas isso será decidido num número não muito grande de votações. Depois, só restará a votação da redação final. Em setembro, a Constituição poderá estar pronta. Mas se houver mais algum atraso, ficará para o final do ano, porque, confirmadas as eleições municipais de 15 de novembro, depois de setembro a Constituinte se esvaziará. Os deputados e senadores vão tratar de eleger prefeitos e vereadores, que são seus principais cabos eleitorais.

Amanhã, se houver número, a Constituinte poderá votar os cerca de 10 destaques referentes ainda ao artigo 4 algumas das emendas destacadas visam estabelecer eleições gerais no ano que vem de vereador a Presidente da República —, mas quase não há mais quem as defenda. Várias foram apresentadas com sentido preventivo, para evitar redução isolada do mandato do presidente Sarney. A reduzir-se esse mandato, então que se reduzisse todos os outros, inclusive os dos atuais deputados e senadores. Fixado o mandato presidencial em cinco anos, elas perderam o objetivo. E obviamente a imensa maioria dos constituintes não quer saber de reduzir o próprio mandato.

Criação do Triângulo é remota

A criação do novo Estado do Triângulo, separando o "nariz" de Minas, é considerada remota. Dos 56 constituintes mineiros, somente seis apoiam a divisão do Estado, o que deixa em desvantagem o trabalho de lobby dos separatistas. São eles Homero Santos (PFL), Chico Humberto (PDT), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB), Virgílio Galassi (PDS), Arnaldo Rosa Prata (PMDB) e Raul Belém (PMDB), todos representantes da área.

Dos 70 prefeitos da região, pelo menos 60 já assinaram manifesto contra a divisão de Minas, atendendo solicitação do governador Newton Cardoso. Aos prefeitos de sua influência o deputado Homero Santos tem aconselhado: "Não deixe de assinar. Atenda ao governador, para não ser prejudicado. Você não vota mesmo", disse o

deputado do PFL mineiro a um prefeito seu amigo.

A emenda separatista é de autoria de Homero Santos e do deputado Francisco Humberto do PDT — que adotou o nome parlamentar de Chico Humberto. Deve ser votada no final do mês. Estabelece plebiscito na região sobre a criação do Estado do Triângulo, de responsabilidade da Justiça Eleitoral, 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

Se aprovado, o novo Estado será criado automaticamente, 45 dias depois, com o presidente da República adotando as medidas legais e administrativas, a começar pela nomeação do governador **Pró-tempore** (tampão). As eleições diretas de governador, deputados estaduais, federais e senadores — seriam a 15 de novembro de 1990.